PREFEITURA DE SÃO PAULO
URBANISMO E LICENCIAMENTO

SP-URBANISMO
SÃO PAULO URBANISMO

ATA DA 139ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO EXECUTIVA DA OU CENTRO
REALIZADA EM 27/03/2017
Rua São Bento, 405 – 15º andar – sala 154 / EDIFICIO MARTINELLI

1. SÃO PAULO URBANISMO – SP URBANISMO

LUIS EDUARDO S. BRETTAS – Representante Titular

VLADIMIR AVILA – Representante Suplente

2. SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO – SEHAB

CRISTIANE DUTRA NASCIMENTO – Representante Titular

SINÉSIO APARECIDO DA SILVA - Representante Suplente

3. SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA – SMC

VALDIR ARRUDA - Representante Suplente

4. SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO E LICENCIAMENTO

PATRICIA MARRA SEPE – Representante Titular

DENISE GONÇALVES LIMA MALHEIROS – Representante Suplente

5. ASSOCIAÇÃO VIVA O CENTRO

MARCO ANTÔNIO RAMOS DE ALMEIDA – Representante Titular

NEILÂNDIA MARIS DE ALMEIDA – Representante Suplente

6. CENTRO GASPAR GARCIA DE DIREITOS HUMANOS

FRANCISCO DE ASSIS COMARU – Representante Suplente

7. FEDERAÇÃO BRASILEIRA DOS BANCOS

CELSO OXANDO – Representante Titular

8. INSTITUTO DE ENGENHARIA

MARCOS MOLITERNO – Representante Titular

9. MOVIMENTO DEFENDA SÃO PAULO

SUELY MANDELBAUM – Representante Titular

10. SINDICATO DAS EMPRESAS DE COMPRA, VENDA, LOCAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DE IMÓVEIS DE SÃO PAULO - SECOVI

EDUARDO DELLA MANNA – Representante Titular

JULIANA KALLAS NASSIF – Representante Suplente

CONVIDADOS E TÉCNICOS PRESENTES

PATRÍCIA SARAN – SP-URBANISMO

ROBERNIZE CHAKOUR – SP-URBANISMO

FRANCILA NATÁLIA DOS SANTOS – SP-URBANISMO

FABRIZIO LUCAS ROSATI - SP-URBANISMO

ENEIDA HECK – SP-URBANISMO

MATIAS CHAMBOULEYRON – SPURBANISMO

KÁTIA CANOVA – SPURBANISMO

MARCO FIALHO – SPURBANISMO

YARA CUNHA COSTA – SPURBANISMO

GLAUCO BLASCO – SMUL

LUISA MARUJO IBRAHIM – SMUL/DCFSP

DIEGO CRENITTE – COHAB

JOÃO C. SILVA – SMPED

REGINALDO JOSÉ FAZZION – PR-SÉ

FERNANDA FANIVELLA
SYLVIA PARIZ CAMPOS – INSTITUTO ACTOS - IGRJ. SANTO ANTÔNIO

Às 14h30 do dia 27 de março de 2017, no Auditório do 15º andar do Edifício Martinelli – sala 154, **Sr. Vladimir Ávila,** cumprimenta os presentes e inicia a 139ª Reunião Ordinária da Comissão Executiva da Operação Urbana Centro. Faz a verificação de presença, identificando quórum para continuidade dos trabalhos da pauta: Expediente: I - Verificação de Presença; II – Leitura e aprovação da ata da 138ª Reunião Ordinária da Comissão executiva da Operação Urbana Centro; III – Aspectos Financeiros / Andamento das Intervenções realizadas com recursos da Operação Urbana Centro. Ordem do Dia: I. Apresentação dos novos integrantes da Comissão Executiva da Operação Urbana Centro – Sociedade Civil; II. Deliberação quanto à Revisão da Operação Urbana Centro; III. Proposta de Transferência de Potencial Construtivo de Bem Imóvel Tombado situado na área de abrangência da OU Centro, nos termos do inciso II do artigo 4º da Lei 12.349/97 e conforme a Norma de Procedimento - NP SP – Urbanismo 59.00, considerando como: Imóvel cedente o Mosteiro de São Bento (contribuintes nº 001.049.0234-5 e nº 001.0049.0235-3) objeto do PA 1998-0.205.296-5, SP - Urbanismo 140; Imóvel cessionário o empreendimento da JML CORP Desenvolvimento Imobiliário, Ltda, localizado fora do perímetro da OU Centro, situado à Av. Nove de Julho com Rua José Maria Lisboa (contribuintes nº 014.050.0086-4 e outros,) objeto do PA - 2016-0.232.665-3, SP - Urbanismo 140. Informa que a coordenação irá retirar da pauta o item III da Ordem do Dia, esclarece que é um processo emblemático tanto do ponto de vista da transferência do Mosteiro São Bento como a utilização da Norma de Procedimentos – NP 59.00 que será a primeira utilização em ambos os casos. Relata os trabalhos desenvolvidos pelas equipes da São Paulo Urbanismo e o Grupo Técnico de Trabalho – GTT e as dificuldades encontradas que demandaram tempo para solucionar. Informa que a aplicação da NP passou para avaliação do GTT que aprovou com algumas ressaltavas em função da documentação e comentários sobre o laudo. Tendo em vista ser um processo que acarretará outras demandas a coordenação prefere aguardar nova análise do laudo pelo Grupo Técnico de Trabalho para que seja concluído de maneira assertiva. Sugere o agendamento de Reunião Extraordinária da Comissão Executiva tendo em vista que, após a deliberação desta Comissão Executiva, o processo segue para a próxima Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Legislação Urbanística – CTLU está agendada para dia 20 de abril de 2017. A Comissão Executiva aprova a proposta da coordenação em retirar o item da pauta da 139º Reunião Ordinária; aguardar a

próxima reunião do GTT; agendar Reunião Extraordinária para deliberação nos próximos 15 dias e encaminhar para CTLU deliberação na próxima Reunião Ordinária (20/04/2017). **Sr. Eduardo Della Manna** concorda com a proposta apresentada e reforça a importância do cumprimento desse cronograma. Na sequência a Coordenação passa para o próximo item da pauta de aprovação da ata da 138º Reunião Ordinária. **Sra. Patrícia Saran**, Gerente de Participação Social da São Paulo Urbanismo, informa o pedido de correção feito pela representante titular do Movimento Defenda São Paulo, Sra. Suely Mandelbaum. Atendida a solicitação a ata da 138ª Reunião Ordinária é aprovada por unanimidade. **Sr. Vladimir Ávila**, inicia a apresentação dos aspectos financeiros, faz a leitura dos valores apresentados em tela entre o saldo financeiro e os valores orçamentários das intervenções propostas. Cita a minuta de carta referente à desvinculação de recursos, solicitando esclarecimentos para a Secretaria Municipal da Fazenda – SF, que se aprovada pela Comissão Executiva será encaminhada. Neste momento, **Sra. Suely Mandelbaum** pede que sejam solicitados e apresentados status da ação com a construtora e a possibilidade de retorno dos recursos pagos para as obras da Rua do Gasômetro. **Sr. Vladimir Ávila** esclarece que a São Paulo Obras irá apresentar na próxima reunião o andamento e status das intervenções que essa solicitação poderá ser incluída. **Sr. Marco Antônio Ramos de Almeida** sobre a minuta da carta enviada, entende ser necessária análise jurídica, confirmando se a desvinculação é obrigatória e verificar se é defensável que esse recurso não seja transferido. Fala que os recursos serão destinados para o caixa único da Prefeitura, não sendo possível ter conhecimento exato onde o recurso será aplicado. Entende que a carta deva ser analisada e apresentar um caráter legal. **Sr. Luis Eduardo Surian Brettas** informa os estudos de análise jurídica da São Paulo Urbanismo junto a Secretaria Municipal da Fazenda no âmbito de todas as Operações Urbanas. Entende que a referida minuta de carta seria para agregar os trabalhos em andamento e expor a manifestação da Comissão Executiva. **Sr. Marco Antônio Ramos de Almeida** sugere que a Comissão Executiva busque análises jurídica e tributarista, também fora do poder público, para fundamentar a referida minuta de carta e contribuir com a análise jurídica em andamento citada pelo Sr. Luis Eduardo Surian Brettas. Entende que o documento apresenta apenas um caráter de pedido, que não trará as respostas necessárias. **Sr. Luis Eduardo Surian Brettas** pergunta se a Associação Viva o Centro tem acesso a alguma contribuição nesse sentido, possível para trazer a Comissão Executiva, pois outra opção seria contratação de assessoria. **Sr. Marco Antônio Ramos de Almeida**

entende que algumas entidades da Comissão Executiva se tiverem condições poderiam solicitar análise de advogados para fundamentar a questão. **Sr. Eduardo Della Manna** concorda com a opinião do Sr. Marco Antonio Ramos de Almeida em aguardar. Informa que o Conselho Jurídico do SECOVI está realizando estudos no sentido proposto pelo representante titular da Associação Viva o Centro e quando tiver o parecer oficial do conselho trará para Comissão Executiva obter conhecimento. Na sequência **Sra. Patrícia Saran** registra e agradece a presença do Sr. Reginaldo Fazzion, Coordenador de Planejamento e Desenvolvimento Urbano da Prefeitura Regional da Sé. Reforça que, na próxima reunião ordinária, a São Paulo Obras irá apresentar o andamento das intervenções e passa palavra para Sr. Sinésio Aparecido da Silva representante suplente da Secretaria Municipal de Habitação - SEHAB para informar o andamento do projeto das Habitações de Interesse Social – HIS no Edifício da Rua Sete de Abril – 351 - 365. **Sr. Sinésio Aparecido da Silva** passa palavra para Sr. Diego Crenetti arquiteto da Companhia Metropolitana de Habitação - COHAB responsável pelo projeto. **Sr. Diego Crenetti** cumprimenta os presentes e inicia a apresentação em tela. Fala da localização do referido edifício, histórico da construção e usos. Relata detalhadamente a proposta da COHAB para o edifício novo e existente demonstrando nas plantas dos pavimentos conforme os slides apresentados. Ressalta que a única intervenção estrutural no edifício existente será no elevador para que chegue até o 11º andar que anteriormente chegava até o 10º andar, além de passarela no último andar que conecta a torre nova. Fala sobre os salões de uso comum definidos no 10º e 11º pavimentos, com terraço de uso comum. Informa as descrições técnicas dos edifícios: total de área construída: 5.326,68m2 e total de 91 unidades habitacionais, sendo 10 unidades adaptadas. Conclui a apresentação e agradece a atenção de todos. Neste momento a palavra esta aberta para os representantes. **Sr. Marco Antônio Ramos de Almeida** agradece a apresentação. Entende que os dados técnicos apresentados pela COHAB foram desenvolvidos a contento. Pergunta o que será agregado em termos de gestão e funcionamento para essas edificações de caráter popular, questionando também sobre área para crianças. Cita alguns exemplos que não obtiveram sucesso devido à falta de gestão. **Sra. Suely Mandelbaum** solicita mais informações sobre a área permeável do prédio. Comenta sobre o retrofit, e a necessidade de adaptações de projeto quando da impossibilidade de atendimento de exigências legais. Pedirá participação e apoio quando do debate sobre a flexibilização do retrofit, quando o assunto for discutido numa abordagem multidisciplinar. **Sr. Diego Crenetti** esclarece que referente à área permeável o projeto atende a legislação de

15% da área do lote, atendendo a legislação para seu efetivo licenciamento. **Sr. Francisco de Assis Comaru** cumprimenta a equipe da COHAB pelos estudos realizados que mostram a potencialidade do edifício em atendimento a grande demanda de habitação social na cidade. Comenta itens que entende serem importantes para acompanhamento e monitoramento da Comissão Executiva como a gestão em três conjuntos: gestão dos projetos, gestão da obra e gestão pós-ocupação sendo esta última uma questão levantada pelo Sr. Marco Antônio Ramos de Almeida. Lembra-se de reuniões no passado em que foram trazidas discussões de habitação da classe média e sobre os desafios da habitação destinada para população trabalhadora. Comenta sobre a concepção de locação social que é um tipo de habitação cuja propriedade não é privada. Cita outras cidades que existe esse sistema de moradia em que o morador não tem direito de vender, trata-se de um "serviço de moradia" por tempo determinado por contrato. Acredita que o projeto apresentado tem as características do programa de locação social. Aponta questões referentes aos espaços para crianças e espaços para unidades produtivas que poderiam ser contemplados no projeto. Cita a importância da discussão de critérios e mapeamento da demanda antes da implantação do projeto o que poderia trazer diversos benefícios e discussão com líderes das famílias moradoras referente a utilização dos espaços. Acredita que esse projeto é uma oportunidade histórica para a Operação Urbana Centro de fazer algo inovador. **Sr. Sinésio Aparecido da Silva** agradece as manifestações. Informa que a intenção de destinação para locação social e que a gestão do projeto pós-ocupação é de responsabilidade da COHAB. Ressalta a necessidade de acompanhamento próximo para manter a conservação dos edifícios. Esclarece que ainda não há uma demanda definida, porém serão iniciados estudos para definição. Cita outros casos de locação social como Palacete dos Artistas e Vila dos Idosos que são empreendimentos gerenciados com sucesso pela COHAB. **Sr. Marco Antônio Ramos de Almeida** pergunta se as ocupações do térreo e superior já estão definidas ou se poderiam ser aproveitados com a implantação de lojas ou eventual creche. Acredita que a Operação Urbana deva se envolver nesse projeto e não apenas aprovar os recursos financeiros. Pergunta se a locação social é uma ideia ou uma decisão e como pode começar a inovar com esse projeto. **Sr. Sinésio Aparecido da Silva** esclarece que é uma decisão tanto do governo como da Comissão Executiva de destinação para aluguel social. Informa que o objetivo de apresentar a proposta para a Comissão Executiva é colher contribuições para o projeto. **Sr. Vladimir Ávila** esclarece que a Resolução CE 003/2016 da Comissão

Executiva, que aprovou a liberação de recursos, vincula o projeto a construção de 94 unidades de habitação de interesse social para locação social. **Sr. Francisco de Assis Comaru** reitera que seria muito positivo que a Comissão Executiva pudesse participar das discussões referentes à demanda. Cita problemas que poderão surgir no futuro devido à falta de estudo da demanda. Ressalta programas de locação social que foram exitosos pelo planejamento da demanda como a Vila dos Idosos. **Sra. Suely Mandelbaum** complementa a importância de acréscimo no projeto de espaços para costura, marcenaria e creche. Sugerindo que a Comissão Executiva delibere sobre a inclusão desses espaços no projeto e que a COHAB apresente em reunião futura. **Sr. Vladimir Ávila** esclarece que o projeto aprovado consta a construção 94 unidades habitacionais e que acréscimos no projeto significaria aprovar outros valores e conjunto de intervenções. **Sr. Sinésio Aparecido da Silva** reforça a existência de salas de multiuso no projeto que até o momento não tem destinação definida. **Sr. Marcos Moliterno** acredita que a Comissão Executiva poderia acompanhar os estudos citados por meio de um representante e sugere que o Sr. Francisco de Assis Comaru representante suplente do Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos. Entende ser o momento para se pensar em outros moldes de vivência existente na sociedade. **Sr. Luis Eduardo Surian Brettas** concorda com a colocação do Sr. Marcos Moliterno. Sugere que a COHAB convide um dos membros da Comissão Executiva para representá-la no desenvolvimento dos diálogos referente à definição da demanda do projeto. **Sr. Vladimir Ávila** acrescenta que primeiro deve-se definir a demanda para depois definir a utilização dos espaços multiuso. Passa palavra para **Sra. Cristiane Dutra do Nascimento** que informa que o termo de referência do Censo de Cortiços foi analisado pela equipe de SEHAB e identificado à necessidade de atualização metodológica na realização do censo em função de tecnologias sugeridas no termo. Lembra que na reunião passada a SEHAB se comprometeu em trazer proposta e novo texto em 60 dias para discussão da Comissão Executiva e informa que cronograma será mantido. Ressalta a disponibilidade de discussão com os grupos interessados, principalmente pela representante titular do Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos. Reforça que eventuais contribuições são bem vindas nesse momento a fim de efetivar a contratação do Censo de Cortiço. Na sequência **Sr. Vladimir Ávila** consulta os representantes sobre a 21ª Reunião Extraordinária ocorrer dia 10 de abril de 2017 às 14h para discussão da proposta de Transferência de Potencial Construtivo de Bem Imóvel Tombado. A data e horário para Reunião Extraordinária são aprovados pela Comissão Executiva. Passa para o item da ordem

do dia. Apresenta a portaria PREF 75 de 24 de março de 2017 de nomeação dos representantes da sociedade civil e ratificação dos representantes do poder público. Segue com o próximo item da pauta de deliberação da revisão da Lei 12.349/97 da Operação Urbana Centro. Apresenta a proposta de metodologia para inicio dos trabalhos. Explica que até a próxima reunião ordinária as entidades que compõem a Comissão Executiva poderiam encaminhar as demandas em relação à Operação Urbana Centro, apresentando objetivos, diretrizes e questões que a entidade entende que devam ser abordados. Esclarece que, junto com todos os elementos, a coordenação irá coligir e apresentar um diagnóstico da área central. Na próxima reunião poderemos identificar os membros da Comissão Executiva interessados em trabalhar junto ao Grupo Técnico de Trabalho para formatar a proposta de revisão. **Sr. Luis Eduardo Surian Brettas** complementa que as contribuições sejam encaminhadas oficialmente pelas entidades. Que o assunto seja discutido internamente às instituições e trazidas para a Comissão Executiva, com o objetivo de obter análise critica sobre a Lei vigente e contribuições significativas para eventual reformulação da Lei. **Sr. Marco Antônio Ramos de Almeida** sugere inversão da proposta. Acredita ser fundamental que a coordenação traga o diagnóstico e estudos realizados ao longo dos anos e a partir disso a Comissão Executiva identifique onde existam entraves ou facilitadores na lei existente. Comenta a existência de instrumentos na Operação Urbana que ainda não foram utilizados em todas suas possibilidades e abrangências. Acrescenta que as entidades que compõem a Comissão Executiva têm em geral interesses e focos de atuação mais específicos. **Sr. Luis Eduardo Surian Brettas** reforça a importância dessas contribuições para a coordenação, inclusive para dimensionar quais são os temas relevantes para aprofundar os estudos. Entende ser fundamental a coordenação receber uma primeira contribuição das entidades para que a partir desse ponto seja apresentado o diagnóstico e posteriormente demais manifestações. Complementa a importância de que as manifestações sejam trazidas das entidades e não apenas dos representantes. Neste momento **Sr. Francisco de Assis Comaru** pergunta de onde partiu à proposição de revisão da Lei, se é uma demanda do governo atual ou de acatar a solicitação da Comissão Executiva feita ao final do ano de 2016. Entende que teria que ser um processo amplamente discutido. Lembra-se das sugestões do passado, de realização de seminário que não tinham os objetivos especificados, porém diante da demanda atual de revisão da Lei da Operação Urbana Centro seria justificada a realização de um seminário, um conjunto de especialista e os representantes da

Comissão Executiva, o governo e outros atores da sociedade civil para apresentação de propostas, possibilitando debates mais abrangentes. **Sr. Marcos Moliterno** esclarece que para atender essa demanda teria de apresentar um relatório para o Conselho do Instituto de Engenharia. Acata a proposta do representante titular da Associação Viva o Centro, justificando que os retrabalhos seriam desenvolvidos diante do levantamento de informações por parte da Coordenação. **Sr. Luis Eduardo Surian Brettas** ressalta a proposta da coordenação para iniciar o processo de revisão da Lei vigente, sendo momento para recepcionar criticas construtivas e destrutivas sobre uma realidade existente. **Sr. Marco Antônio Ramos de Almeida** reforça a proposta de que coordenação apresente estudos tendo em vista a qualificação da São Paulo Urbanismo e demais órgãos. Entende não ser adequado iniciar, pelas entidades, iniciem grandes análises sobre a Operação Urbana Centro visto que algumas não estão absolutamente focadas nesse assunto. Sugere que as contribuições das entidades sejam realizadas diante de um diagnóstico apresentado pela Coordenação. **Sr. Marcos Moliterno** ressalta a diversidade dos trabalhos realizados no Instituto de Engenharia – IE e a necessidade de apresentação da Operação Urbana Centro para o Conselho do instituto, com posterior aprovação de possíveis considerações. Acredita que se os estudos fossem trazidos pela Coordenação facilitaria os trabalhos dos representantes e do próprio Conselho do IE. Neste momento **Sra. Patricia Marra Sepe** manifesta que a proposta da Coordenação seria que, a partir das experiências dos conselheiros das entidades, os representantes apontassem algumas questões e não a proposta oficial de cada entidade, pois os estudos se iniciam. **Sr. Luis Eduardo Surian Brettas** ratifica o entendimento da Sra. Patrícia Sepe e complementa informando que as contribuições seriam um ponto de partida. Ressalta a possibilidade de manifestações de outros órgãos da Sociedade Civil como propôs o Sr. Francisco de Assis Comaru. **Sr. Celso Oxando** sugere que a proposta da Coordenação, de encaminhamento de contribuições por parte das entidades, seja facultativa. Informando a impossibilidade de confirmar o encaminhamento de manifestações da FEBRABAN nesta primeira etapa. **Sr. Marco Antônio Ramos de Almeida** informa que a Associação Viva o Centro irá aguardar o diagnóstico para trazer propostas e sugestões. Ressalta tratar se de uma lei que trata de assunto muito especifico. **Sr. Luis Eduardo Surian Brettas** entende que uma lei tem dois pontos fundamentais: seu texto e seu conteúdo técnico. Reforça que as discussões seriam sobre os instrumentos técnicos que podem contribuir para qualificação e melhorias da área central cidade de São Paulo. **Sr. Francisco de Assis Comaru** manifesta a

necessidade de elaboração de cronograma e metodologia de trabalho que especifique horizontes e quais tipos de atividades que serão desenvolvidas. Reforça a importância desse momento de audição que vai além da Comissão Executiva com seminários, workshops e/ou audiência públicas. Entende as dificuldades de outras entidades para atender a proposta e a diversidade da composição deste colegiado. **Sr. Vladimir Ávila** ressalta que essa proposta se faz também visto a heterogeneidade da Comissão Executiva. Esclarece que a intenção da Coordenação é colher visões e não a entrega de um produto pronto. Reforça o tempo necessário para a conclusão de um trabalho como a revisão de uma Operação Urbana reforçando a necessidade de iniciar esse processo de algum ponto. Informa que a Coordenação obtém diversos dados, porém não tem a visão das entidades o que seria contemplada com a proposta, após ciência do posicionamento das entidades ouvirão outros órgãos que tem envolvimento a área central. **Sra. Suely Mandelbaum** entende que a Coordenação poderia encaminhar aos representantes um questionário para unificar o trabalho, visto não ser objeto específico de nenhuma entidade da sociedade civil. **Sr. Luis Eduardo Surian Brettas** acredita que todas as contribuições foram acolhidas. Ressalta que a coordenação não tem a intenção de entregar o Projeto de Lei na Câmara Municipal sem que tenha sido construído coletivamente. Entende que se neste momento os representantes das entidades da sociedade civil não teriam nenhuma contribuição, o processo inicial de discussão para eventual revisão da Lei 12.349/97 está iniciado e aberto para contribuições. Reforça o convite para a Comissão Executiva contribuir no processo. **Sra. Denise Gonçalves Lima Malheiros** reitera a proposta da Coordenação de início do processo de avaliação para futura revisão da lei. **Sra. Juliana Kallas Nassif** pergunta como deverão ser encaminhadas as contribuições. Entende que pode ser facultativo e que na próxima reunião seriam apresentados os estudos e as contribuições para o começo de uma discussão. **Sr. Luis Eduardo Surian Brettas** esclarece que deverão ser enviadas - via e-mail para a coordenação, podendo fazer referências a determinados artigos e/ou descrever objetivos que deveriam ser considerados. **Sr. Marco Antônio Ramos de Almeida** ressalta que a Comissão Executiva sempre esteve aberta para receber contribuições. Reforça que a manifestação das entidades é facultativa. Manifesta o desejo de que fossem discutidas ações para aplicação da Lei ao invés de sua revisão. Entende que a Lei da Operação Urbana Centro é a mais inovadora diante das demais Operações Urbanas. Sugere que a coordenação oficie todos os órgãos da administração municipal solicitando quais são os planos em relação ao centro da cidade nesta nova gestão. Comenta a incumbência

de a Comissão Executiva oferecer alternativas e propostas a gestão pública. Na sequência **Sr. Vladimir Ávila** propõe dois encaminhamentos, sendo o primeiro que os representantes das entidades encaminhem contribuições para estudos da revisão da Lei 12.349/97 de modo facultativo; a segunda proposta que a coordenação apresente o diagnostico da Operação Urbana Centro e posteriormente sejam acolhidas as sugestões dos representantes e avaliação da revisão da Lei. Neste momento **Sr. Valdir Arruda** manifesta que os representantes do poder público não poderiam adiar o encaminhamento das propostas. Informa que a Secretaria Municipal da Cultura - SMC tem considerações significativas e comenta sobre os trabalhos realizados no ano passado referente à Norma de Procedimentos para Transferência de Potencial Construtivo de Imóveis Tombados. Ressalta que a revisão da Lei da Operação Urbana Centro esta determinada no Plano Diretor Estratégico – PDE, sendo sua proposta, competência desta Comissão Executiva e da São Paulo Urbanismo. Assim sendo, sugere manter a primeira proposta. **Sra. Suely Mandelbaum** informa ter conhecimento sobre estudos para revisão da Lei foram iniciados no ano passado. Diante desta informação reforça a proposta de que o diagnóstico seja apresentado primeiro. **Sr. Vladimir Ávila** esclarece que os estudos desenvolvidos foram apenas para a Norma de Procedimentos 59.00 de 29 de dezembro de 2016, aprovada para revisão do artigo de Transferência de Potencial Construtivo. Reitera a manifestação do Sr. Valdir Arruda da necessidade de revisão da Lei tendo em vista determinação no Plano Diretor Estratégico. A Coordenação tem a intenção de iniciar o processo com as contribuições dos representantes da Comissão Executiva. **Sr. Patricia Marra Sepe** entende que a determinação legal do PDE para a revisão da lei e a opção das contribuições serem facultativas encerra essa discussão Após manifestação dos representantes ficou decidido em comum acordo que a Coordenação dará continuidade aos estudos do diagnóstico que serão apresentados para a discussão previamente agendada, junto à Comissão Executiva, bem como à elaboração de uma proposta de plano de trabalho, a ser apresentada tão logo quanto possível, que viabilize uma participação efetiva dos representantes das entidades na discussão do diagnóstico e de eventuais propostas de revisão da Lei da Operação Urbana Centro, sendo que as contribuições das entidades poderão ser trazidas facultativamente, em momentos oportunos e previamente acordados, definidos no plano de trabalho aprovado. **Sr. Francisco Comaru** reforça a importância de apresentação de proposta de método de trabalho com seu respectivo cronograma de realização. **Sra. Suely Mandelbaum** comenta a intenção das entidades em participar de todas as etapas da

revisão. Sabe da determinação apontada pelo PDE, porém entende não ser obrigatória a mudança da Lei em todos seus termos. **Sr. Marco Antônio Ramos de Almeida** ressalta que o PDE recepcionou a Lei da Operação Urbana Centro que está em vigor, podendo eventualmente ter alterações. Comenta ser atribuição da Comissão Executiva participar da revisão da Lei e o desejo que isso aconteça no momento adequado. Reforça também que a Comissão Executiva sempre esteve aberta à recepção de contribuições. A Coordenação agradece a presença de todos, reitera o agendamento de reunião extraordinária para o próximo dia 10 de abril e encerra a reunião às 16h16.

SÃO PAULO URBANISMO

LUIS EDUARDO S. BRETTAS
Representante Titular

VLADIMIR ÁVILA
Representante Suplente

SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO E LICENCIAMENTO

PATRÍCIA MARIA SEPE
Representante Titular

DENISE GONÇALVES LIMA MALHEIROS
Representante Suplente

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA

AUSENTE
LIA MAYUMI
Representante Titular

VALDIR ARRUDA
Representante Suplente

SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

CRISTIANE DUTRA NASCIMENTO
Representante Titular

SINÉSIO APARECIDO DA SILVA
Representante Suplente

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

AUSENTE
PAULO FRANGE
Representante Titular

AUSENTE
JULIANA CARDOSO
Representante Suplente

ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DE SÃO PAULO

AUSENTE
LARISSA GARCIA CAMPAGNER
Representante Titular

AUSENTE
MARCELO FLORA STOCKLER
Representante Suplente

FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE BANCOS - FEBRABAN

CELSO OXANDO
Representante Titular

AUSENTE
LARISSA CARLIN FURLAN
Representante Suplente

ASSOCIAÇÃO VIVA O CENTRO

MARCO ANTÔNIO RAMOS DE ALMEIDA
Representante Titular

NEILÂNDIA MARIS DE ALMEIDA
Representante Suplente

CENTRO GASPAR GARCIA DE DIREITOS HUMANOS

AUSENTE
DÉBORA SANCHES
Representante Titular

FRANCISCO DE ASSIS COMARU
Representante Suplente

MOVIMENTO DEFENDA SÃO PAULO

SUELY MANDELBAUM
Representante Titular

AUSENTE
SERGIO PAULO LIVOVSCHI
Representante Suplente

INSTITUTO DOS ARQUITETOS DO BRASIL

AUSENTE
MARIA CLAUDIA LEVY FIGLIOLINO
Representante Titular

AUSENTE
MARCO ANTONIO D' ELIA JÚNIOR
Representante Suplente

INSTITUTO DE ENGENHARIA

	AUSENTE
MARCOS MOLITERNO	MIRIANA PEREIRA MARQUES
Representante Titular	Representante Suplente

SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS E FINANCIÁRIOS DE SÃO PAULO, OSASCO E REGIÃO - CUT

AUSENTE	AUSENTE
ANATIANA ALVES ROSA	MARCELO GONÇALVES
Representante Titular	Representante Suplente

SINDICATO DAS EMPRESAS DE COMPRA, VENDA, LOCAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DE IMÓVEIS DE SÃO PAULO - SECOVI

EDUARDO DELLA MANNA	JULIANA KLLAS NASSIF
Representante Titular	Representante Suplente